



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

LÚCIO LOPES DE CASTRO

**EFETIVIDADE DA AJUDA DE CUSTO DA FUNDAÇÃO TIRADENTES AOS
POLICIAIS DO 9º CRPM**

GOIÂNIA – GO

2025



LÚCIO LOPES DE CASTRO

**EFETIVIDADE DA AJUDA DE CUSTO DA FUNDAÇÃO TIRADENTES AOS
POLICIAIS DO 9º CRPM**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação da Prof. Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

GOIÂNIA – GO

2025



EFETIVIDADE DA AJUDA DE CUSTO DA FUNDAÇÃO TIRADENTES AOS POLICIAIS DO 9º CRPM

EFFECTIVENESS OF THE TIRADENTES FOUNDATION'S COST-COVERING ASSISTANCE TO THE 9TH CRPM POLICE OFFICERS

Lúcio Lopes de Castro *
Gislene Lisboa de Oliveira **

Resumo: Este estudo investiga a efetividade da ajuda de custo concedida pela Fundação Tiradentes aos policiais militares do 9º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás, no período de 2020 a 2024. A pesquisa busca avaliar se o benefício financeiro contribui para o bem-estar, valorização e permanência dos policiais, considerando as políticas sociais de seguridade dos servidores da segurança pública. O trabalho tem como objetivos analisar a percepção dos policiais militares sobre o impacto do benefício, identificar eventuais lacunas na política de concessão e propor melhorias. A metodologia adotada combina abordagem quali-quantitativa, com levantamento de dados documentais e aplicação de questionário estruturado a 73 policiais da ativa. Os resultados mostram que, embora a ajuda de custo represente um apoio financeiro relevante, há percepção de que seu valor e critérios de concessão poderiam ser revistos para maior efetividade. Conclui-se que a manutenção e o aprimoramento da política de ajuda de custo são fundamentais para fortalecer o apoio institucional ao policial militar, reforçando seu vínculo organizacional e motivacional, conforme apontam os referenciais teóricos de Esping-Andersen e Eisenberger.

Palavras-chave: Policial Militar. Fundação Tiradentes. Ajuda de Custo. Benefício. Acesso.

Abstract: This study investigates the effectiveness of the financial assistance granted by the Tiradentes Foundation to military police officers of the 9th Regional Command of the Military Police of the State of Goiás, from 2020 to 2024. The research seeks to assess whether the financial benefit contributes to the well-being, appreciation, and retention of police officers, considering the social security policies of public security employees. The study aims to analyze the perception of military police officers about the impact of the benefit, identify possible gaps in the granting policy, and propose improvements. The methodology adopted combines a qualitative and quantitative approach, with the collection of documentary data and the application of a structured questionnaire to 73 active police officers. The results show that, although the financial assistance represents a relevant financial support, there is a perception that its value and granting criteria could be revised for greater effectiveness. It is concluded that maintaining and improving the cost of living allowance policy is fundamental to strengthening institutional support for military police officers, reinforcing their organizational and motivational bond, as indicated by the theoretical frameworks of Esping-Andersen and Eisenberger.

Keywords: Military Police. Tiradentes Foundation. Cost of Living Allowance. Benefit. Access.

* Formado em Gestão de Segurança Pública pela UEG no Ano de 2005. Formado em direito pela Universo em 2011. Ingressou na Polícia Militar de Goiás em 2003. Concluiu o Curso de Formação de Oficiais em 2015.

** Doutora em Educação (2019) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) Docente do ensino superior da Universidade Estadual de Goiás-UEG, lotada no Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR). Professora da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica do CEGESP-2025.



1. INTRODUÇÃO

A Fundação Tiradentes é uma instituição dedicada ao suporte social e assistencial dos policiais militares do Estado de Goiás, oferecendo programas voltados para a saúde, bem-estar e qualidade de vida dos membros da corporação e seus familiares (Fundação Tiradentes, 2024). Criada para complementar e fortalecer a estrutura de apoio aos militares estaduais, a entidade promove ações que incluem assistência médica, psicológica e financeira, como a concessão de ajuda de custo (Fundação Tiradentes, 2024).

Para viabilizar esse suporte, a legislação estadual estabeleceu instrumentos específicos de financiamento. A Lei n. 11.866/1992 (Goiás, 1992) estabeleceu a criação do Fundo de Amparo Social - FAS, financiado por meio de descontos nos contracheques dos policiais militares e complementadas pelo Governo de Estado. A Portaria n. 718/PM-048/02-PM/1 (PMGO, 2002) estabeleceu a criação do Conselho Deliberativo e Normativo do Fundo de Assistência Social - CODEN-FAS, responsável pela regulamentação e normatização dos benefícios concedidos aos policiais militares de Goiás.

Apesar da relevância institucional e financeira do benefício, a efetividade da ajuda de custo permanece pouco explorada sob a perspectiva dos beneficiários diretos, sobretudo quanto à acessibilidade, frequência de uso, cobertura e impacto percebido na rotina policial. Isso levanta uma questão central: em que medida a ajuda de custo concedida pela Fundação Tiradentes contribui efetivamente para o bem-estar e desempenho dos policiais militares do 9º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM) no período de 2020 a 2024?

Nesse contexto, a Fundação Tiradentes atua como instituição gestora dos auxílios, regulamentando e operacionalizando os benefícios vinculados ao FAS, com foco em aprimorar as condições de trabalho dos policiais militares e fortalecer a estrutura de atendimento da corporação (Fundação Tiradentes, 2024). No entanto, apesar da existência desse suporte, buscou-se avaliar se a ajuda de custo disponibilizada realmente supre as demandas dos policiais, considerando fatores como cobertura, periodicidade, valores concedidos e impactos diretos na atividade policial.

Com base nessas considerações, este estudo teve como intuito investigar a efetividade da ajuda de custo concedida pela Fundação Tiradentes aos policiais militares do 9º Comando Regional da Polícia Militar - 9º CRPM, que abrange nove (09) municípios da Região do Sudoeste Goiano, no período de 2020 a 2024. A pesquisa baseou-se na legislação que regulamenta o benefício, na



forma como ele está estruturado, em sua aplicação prática e na percepção dos policiais beneficiados quanto à adequação do auxílio às suas necessidades.

Diante disso, este estudo se justifica pelo impacto direto que a política de auxílio financeiro pode exercer tanto na qualidade dos serviços prestados à população quanto no desempenho funcional dos policiais. Um suporte financeiro adequado contribui para uma estrutura operacional mais sólida, favorecendo maior dedicação dos agentes às suas atribuições e minimizando preocupações com gastos extras relacionados ao exercício da função. Além disso, a análise da efetividade desse benefício permitirá verificar se há necessidade de aprimoramentos na política de concessão, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes no apoio aos militares estaduais.

Socialmente, o estudo contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas voltadas aos servidores da segurança, oferecendo subsídios para o aprimoramento da gestão de recursos públicos e dos mecanismos de suporte institucional. Do ponto de vista institucional, os resultados podem auxiliar a Fundação Tiradentes e demais órgãos envolvidos na reformulação e aprimoramento das estratégias de concessão do benefício, promovendo maior aderência às reais necessidades dos policiais militares.

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, conforme orienta Gil (2019). A etapa qualitativa envolveu a análise documental e bibliográfica de legislações, normativos institucionais e obras teóricas, com destaque para a Teoria de Proteção Social, de Esping-Andersen (1991), e a Teoria do Suporte Organizacional, proposta por Eisenberger *et al.* (1986). A etapa quantitativa consistiu na aplicação de um questionário estruturado, elaborado com base em Marconi e Lakatos (2017) e disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*. O instrumento foi enviado a 73 policiais militares ativos do 9º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), buscando garantir abrangência representativa e confiabilidade estatística na análise dos dados coletados.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar a efetividade da ajuda de custo da Fundação Tiradentes para os policiais do 9º CRPM, considerando sua aplicabilidade, acessibilidade e impacto na rotina dos beneficiários, a fim de verificar se atende às suas necessidades operacionais e financeiras. Para alcançar o objetivo geral, definiu-se como objetivos específicos: identificar o percentual de policiais que têm conhecimento sobre o benefício e os procedimentos para acessá-lo; investigar o grau de utilização da ajuda de custo, com destaque para a frequência e os tipos de



auxílio utilizados no período de 2020 a 2024; e analisar os principais desafios burocráticos e institucionais que dificultam o acesso ao benefício.

Por fim, este artigo está organizado nas seguintes seções: após a introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, na qual são destacados os aspectos institucionais e legais relacionados à Fundação Tiradentes e ao Fundo de Assistência Social, bem como as teorias que sustentam a análise proposta. Na sequência, descrevem-se a metodologia empregada, os resultados alcançados e a respectiva discussão crítica, orientada pelos objetivos da pesquisa. O estudo é concluído com a apresentação das considerações finais e de propostas para o aprimoramento das políticas assistenciais destinadas à corporação.

2. FUNDAÇÃO TIRADENTES E O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FAS)

A Fundação Tiradentes, uma instituição fundamental para a Polícia Militar do Estado de Goiás, tem como missão a promoção do bem-estar dos policiais militares e de seus familiares, oferecendo diversos benefícios e serviços voltados à saúde, educação e qualidade de vida. Com a finalidade de fortalecer o apoio institucional aos policiais militares, a Fundação Tiradentes atua na regulamentação e operacionalização de diversos programas de assistência social, com destaque para o Fundo de Assistência Social (FAS). Este fundo, conforme estabelecido pela Lei n. 11.866/1992 (Goiás, 1992), visa garantir o auxílio aos militares estaduais em várias situações que impactam sua saúde e desempenho profissional, como coparticipação em exames, consultas médicas, manutenção ortodôntica e fornecimento de equipamentos médicos essenciais (Goiás, 1992).

O FAS foi estruturado para proporcionar apoio financeiro aos policiais e seus dependentes, com descontos efetuados diretamente na folha de pagamento dos militares. A regulamentação do fundo, e conseqüentemente, a implementação das ajudas de custo, está sob a responsabilidade da Fundação Tiradentes, conforme descrito em seu regulamento geral de benefícios (Fundação Tiradentes, 2024). Entre as modalidades, destacam-se a coparticipação em exames médicos, manutenção ortodôntica, fornecimento de óculos e lentes de contato, aparelhos auditivos, entre outros itens que atendem a necessidades básicas de saúde dos policiais (Fundação Tiradentes, 2017). O papel da Fundação Tiradentes é, portanto, garantir que esses benefícios sejam acessíveis e



aplicados conforme a demanda dos policiais, proporcionando a estabilidade necessária para que esses profissionais desempenhem suas funções de melhor maneira possível.

Além disso, a Portaria nº 718/PM-048/02-PM/1 (PMGO, 2002) estabelece a criação do Conselho Deliberativo e Normativo do Fundo de Assistência Social - CODEN-FAS, responsável pela regulamentação e normatização dos benefícios concedidos aos policiais militares de Goiás. O CODEN-FAS desempenha papel fundamental na gestão dos recursos do FAS, garantindo que as regras para concessão dos benefícios estejam em consonância com a legislação vigente e com as necessidades práticas dos militares. A portaria reforça a importância de um processo de regulamentação claro e transparente, a fim de evitar desvios e assegurar que os recursos sejam destinados de maneira adequada aos beneficiários (PMGO, 2002).

Apesar das normativas e da estrutura montada pela Fundação Tiradentes para garantir a assistência social, é primordial que FAS seja constantemente monitorada. A implementação de programas de assistência social em órgãos públicos demanda uma análise crítica e contínua para verificar se os benefícios concedidos são de fato acessíveis e se cumprem sua função de melhorar as condições de trabalho e de vida dos policiais militares.

Compreendida a atuação da Fundação Tiradentes e o contexto em que se insere a concessão da ajuda de custo aos policiais militares do 9º CRPM, faz-se necessário aprofundar a análise subsidiada por referenciais teóricos que possibilitem interpretar criticamente os impactos desse benefício. Para isso, recorre-se à Teoria da Proteção Social, de Esping-Andersen (1991), que permite enquadrar o benefício dentro de um regime corporativista de bem-estar, e à Teoria do Suporte Organizacional, de Eisenberger *et al.* (1986), que contribui para compreender como a percepção de apoio institucional influencia a motivação e o comprometimento dos profissionais com a organização.

2.1. A Proteção Social no Modelo Corporativista de Esping-Andersen

Esping-Andersen (1991) classifica os regimes de bem-estar social em três categorias principais: liberal, corporativista e social-democrata. O regime liberal é caracterizado por uma intervenção estatal mínima, priorizando o mercado como principal provedor de serviços sociais. Predominam a assistência estritamente voltada aos comprovadamente pobres, com benefícios reduzidos e muitas vezes associados ao estigma social (Esping-Andersen, 1991).



O regime social-democrata tem sua ênfase em políticas universalistas e redistributivas, buscando a igualdade social e a não comercialização dos direitos sociais. Nesse modelo, o Estado assume um papel central, garantindo benefícios amplos e uniformes a toda a população, independentemente de sua inserção no mercado de trabalho. Conforme observa Esping-Andersen, o regime social-democrata "é caracterizado por políticas universalistas e altamente redistributivas, sendo um direito de todos independente da ocupação e das atribuições individuais" (Esping-Andersen, 1991, p. 110).

Já o regime corporativista, caracteriza-se pela provisão de benefícios sociais vinculados à posição ocupacional dos indivíduos, enfatizando a manutenção das diferenças de status entre as categorias profissionais. O Estado é responsável por complementar as iniciativas das corporações e da família. Como aponta Esping-Andersen, "predomina a preservação das diferenças de status; os direitos, portanto, aparecem ligados à classe e aos status [...] e a ênfase estatal na manutenção das diferenças de status significa que seu impacto em termos de redistribuição é desprezível" (Esping-Andersen, 1991, p. 92).

Assim, José Luís Fiori (c2000) destaca que esse modelo não promove uma universalização dos direitos sociais, mas sim uma segmentação baseada em categorias profissionais. A proteção social é, portanto, fragmentada, com diferentes níveis de benefícios e acesso aos serviços públicos, dependendo da posição ocupacional do indivíduo. Essa estrutura reflete uma lógica de solidariedade corporativa, onde o Estado atua como garantidor dos direitos adquiridos pelas corporações profissionais, mantendo a ordem social existente.

No contexto da PMGO, a Fundação Tiradentes opera dentro do modelo corporativista ao oferecer benefícios específicos aos policiais militares e seus dependentes, por meio do Fundo de Assistência Social. Essa abordagem busca assegurar que os membros da corporação tenham acesso a recursos que atendam às suas necessidades particulares, reforçando a solidariedade entre os pares e reconhecendo as especificidades da profissão militar. Com a finalidade de fortalecer esse apoio institucional, a Fundação regulamenta e operacionaliza diversos programas de assistência social, destacando-se o próprio FAS, criado pela Lei nº 11.866/1992 (Goiás, 1992), com o propósito de assegurar auxílio financeiro em situações que impactam diretamente a saúde e o desempenho profissional dos militares, como coparticipação em exames, consultas médicas, manutenção ortodôntica e fornecimento de equipamentos médicos essenciais.



Essa dinâmica de cuidado institucional, centrada na oferta de benefícios voltados às demandas concretas da atividade policial, reflete um esforço da corporação em valorizar seus integrantes. No entanto, para compreender de forma mais aprofundada os efeitos dessa política assistencial sobre o desempenho, o comprometimento e a percepção de pertencimento dos policiais, é necessário recorrer a aportes teóricos que tratam das relações entre indivíduos e organizações. Nesse sentido, destaca-se a Teoria do Suporte Organizacional, que fornece uma base conceitual robusta para analisar como os policiais percebem as ações institucionais voltadas ao seu bem-estar, e quais impactos essas percepções geram no contexto organizacional.

2.2. A Teoria do Suporte Organizacional e sua Aplicação no Contexto Policial

A Teoria do Suporte Organizacional, proposta inicialmente por Eisenberger em 1986, conforme relata Castro, Pilati e Andrade (1999), parte do pressuposto de que os trabalhadores desenvolvem uma percepção a respeito de quanto suas contribuições são valorizadas e de quanto seu bem-estar é uma preocupação genuína da organização (Castro; Pilati; Andrade, 1999). A literatura especializada em comportamento organizacional tem considerado o conceito de suporte organizacional fundamental para a compreensão de variáveis como desempenho no trabalho, comprometimento, cidadania organizacional e rotatividade (Castro; Pilati; Andrade, 1999).

Quando os trabalhadores percebem um alto nível de suporte organizacional, tendem a demonstrar maior comprometimento e satisfação no trabalho (Castro; Pilati; Andrade, 1999). No contexto da segurança pública, essa teoria se mostra particularmente relevante diante das especificidades do trabalho policial, marcado por situações de risco, pressão constante e elevada carga emocional.

O ambiente policial, fortemente hierarquizado e com exigências rígidas quanto à disciplina, tende a dificultar a manifestação de fragilidades, o que pode comprometer a qualidade do serviço prestado. Nesse cenário, o suporte organizacional vai além do fornecimento de recursos materiais ou financeiros, ele se traduz em reconhecimento, acolhimento e promoção do bem-estar integral do servidor (Zanini *et al.*, 2013).

As relações interpessoais dentro das corporações, especialmente entre colegas e superiores, também exercem influência significativa sobre a percepção de suporte. A valorização institucional e a criação de espaços seguros para o diálogo e o cuidado emocional contribuem para a construção de uma cultura organizacional mais humanizada e eficiente. Ainda segundo Mazzoleni *et al.* (2022),



o suporte percebido tende a potencializar comportamentos de cidadania organizacional e a reduzir condutas antiéticas, fortalecendo a confiança interna e a legitimidade institucional.

A Fundação Tiradentes, por meio da operacionalização de políticas assistenciais como a ajuda de custo, pode ser compreendida como um agente institucional relevante na promoção da percepção de suporte organizacional, ao oferecer benefícios que respondem às demandas materiais e psicossociais dos policiais militares.

Portanto, a aplicação da Teoria do Suporte Organizacional no contexto policial permite compreender como ações institucionais podem contribuir para a melhoria das condições de trabalho, para o desempenho funcional e para o bem-estar dos profissionais de segurança pública. Ao promover uma percepção positiva de suporte, a organização não apenas fortalece o vínculo com seus servidores, mas também melhora a qualidade do serviço ofertado à sociedade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa combinou métodos qualitativos e quantitativos (Gil, 2019) com o objetivo de avaliar a efetividade da ajuda de custo oferecida pela Fundação Tiradentes aos policiais militares lotados no 9º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), que abrange os municípios de Palmelo, Santa Cruz de Goiás, Pires do Rio, Orizona, Vianópolis, São Miguel do Passa Quatro, Urutaí, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Catalão, Anhanguera, Cumari, Goiandira, Davinópolis, Nova Aurora, Ouvidor, Pires Belo, Santo Antonio do Rio Verde e Três Ranchos, todos pertencentes ao Sudoeste Goiano, bem como a organização e operacionalização desse benefício. De acordo com Gil (2019), a combinação desses métodos permite uma abordagem mais abrangente e detalhada, promovendo uma análise aprofundada dos dados coletados.

Na parte qualitativa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2019), com levantamento de artigos acadêmicos e documentos oficiais que discutem políticas públicas voltadas para a saúde e bem-estar dos policiais militares, além de benefícios financeiros e assistenciais. Também foram analisados relatórios institucionais da Fundação Tiradentes, que detalham a estrutura e a implementação dos programas de assistência, bem como as legislações relacionadas, como a Lei n. 11.866/1992 (Goiás, 1992), que regulamenta a ajuda de custo e o Fundo de Assistência Social.



As análises dos dados qualitativos foram fundamentadas na Teoria do Suporte Organizacional e na Teoria da Proteção Social de Esping-Andersen (1991) que contribuiu para compreender como a ajuda de custo se insere dentro do modelo corporativista de proteção social. A etapa quantitativa consistiu na aplicação de um questionário, elaborado com base em Marconi e Lakatos (2017), e disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*, direcionado aos policiais militares que usufruíram ou tentaram usufruir da ajuda de custo no período entre 2020 e 2024, a fim de coletar dados sobre frequência de utilização, percepção de efetividade e barreiras enfrentadas no acesso ao benefício.

O instrumento foi enviado a 73 policiais militares ativos do 9º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), buscando garantir abrangência representativa e confiabilidade estatística na análise dos dados coletados.

Dessa forma, a integração entre os dados coletados e os referenciais teóricos possibilitou uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam a efetividade da ajuda de custo, contribuindo para a avaliação crítica da política assistencial sob a perspectiva dos próprios beneficiários e das práticas institucionais vigentes, contribuindo para uma análise mais precisa da ajuda de custo, considerando tanto a experiência dos policiais que utilizam o benefício quanto o modo como ele é organizado e executado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados, juntamente com o fundamento teórico, possibilitou uma reflexão acerca da efetividade da ajuda de custo concedida pela Fundação Tiradentes aos policiais militares do 9º Comando Regional da Polícia Militar (9º CRPM), no período de 2020 a 2024. Observou-se que, embora o arcabouço institucional esteja bem delineado e respaldado por normativas específicas, ainda existem desafios relacionados à acessibilidade, clareza dos procedimentos e percepção de efetividade por parte dos beneficiários.

A partir da perspectiva da Teoria do Suporte Organizacional (Castro; Pilati; Andrade, 1999), compreende-se que políticas de assistência, como a ajuda de custo, exercem papel importante na valorização profissional e no fortalecimento dos vínculos institucionais. Segundo a literatura especializada, o reconhecimento institucional das necessidades dos servidores contribui para o aumento do engajamento e da satisfação no trabalho.



O levantamento do perfil dos 73 policiais respondentes revelou que a maioria pertence ao segmento operacional da corporação, com predominância de cabos (26%), soldados (16,4%) e sargentos (1º e 2º, ambos com 13,7%), além de um tempo médio de serviço que indica maturidade funcional, 32,9% dos participantes possuem mais de 20 anos de atuação na PMGO. Esse grupo, em tese, está mais exposto às adversidades do cotidiano operacional e, portanto, tende a demandar com maior frequência os benefícios assistenciais. Apesar disso, 61,6% dos participantes afirmaram nunca ter solicitado a ajuda de custo no período analisado, e entre os que acessaram o benefício, as principais utilizações se deram para exames complementares, aquisição de óculos e lentes de contato, e em menor escala, consultas médicas e manutenção ortodôntica.

4.1 Conhecimento e efetividade e utilização dos benefícios oferecidos pela Fundação Tiradentes

Os dados da pesquisa revelaram que 32,9% dos policiais desconhecem a existência do benefício, e entre os que o conhecem, apenas 28,8% afirmaram compreender os critérios exigidos para sua concessão. Essa lacuna informacional compromete diretamente a efetividade do programa, uma vez que limita o acesso ao direito por desconhecimento dos procedimentos e fragilidade na comunicação institucional.

A percepção dos policiais militares quanto à divulgação do programa de ajuda de custo pela Fundação Tiradentes revela um cenário de insatisfação e desconhecimento generalizado. Apenas 8,2% dos respondentes consideraram a divulgação totalmente suficiente, enquanto 19,2% a classificaram como suficiente. Por outro lado, somando os que julgaram a divulgação como insuficiente (24,7%) e muito insuficiente (17,8%), chega-se a 42,5% dos participantes com uma avaliação negativa sobre a comunicação institucional. Além disso, um percentual expressivo (30,1%) declarou não saber informar, o que reforça a hipótese de fragilidade na estratégia de divulgação do benefício, contribuindo para o distanciamento dos potenciais beneficiários e a subutilização do programa. Esses dados evidenciam a necessidade de investimentos em canais de comunicação mais eficazes, acessíveis e alinhados às realidades dos policiais militares, indo de encontro aos estudos de Mazzoleni *et al.* (2022).

A avaliação da efetividade do programa também apontou limitações relevantes: apenas 12,3% dos usuários consideraram que o benefício atendeu completamente às suas necessidades,



enquanto 32,9% avaliaram como atendimento parcial e 13,7% como insatisfatório. Além disso, 75,3% dos respondentes identificaram a insuficiente divulgação como a principal barreira ao acesso, seguida da falta de informações claras (30,1%) e da percepção de inadequação do valor concedido (17,8%). Esses dados reforçam a importância de uma comunicação institucional mais eficiente e da revisão dos mecanismos de divulgação e instrução interna.

Sob a ótica da Teoria da Proteção Social de Esping-Andersen (Esping-Andersen, 1991), sobretudo em sua vertente corporativista, constata-se que a ajuda de custo reproduz uma lógica de proteção fragmentada, direcionada a grupos ocupacionais específicos, como os policiais militares com baixas patentes. Essa segmentação, embora garanta certa estabilidade a esses profissionais, pode acentuar desigualdades internas na corporação, especialmente quando os critérios de acesso não são claros ou uniformemente aplicados entre diferentes postos e regiões. A pesquisa identificou, por exemplo, percepções divergentes quanto à suficiência do valor disponibilizado: 35,6% o consideraram apenas parcialmente suficiente, 15,1% o avaliaram como insuficiente e 37% relataram nunca ter utilizado.

6.2 Principais desafios para acesso ao benefício e sugestões de melhoria

A análise dos dados revelou que a experiência prática dos beneficiários não se alinha totalmente aos indicadores institucionais divulgados. No boletim Tiradentes Transparente referente ao período de janeiro a dezembro de 2024, publicado pela Fundação Tiradentes, as ações desenvolvidas para o bem-estar social, qualidade de vida e longevidade dos beneficiários através do Programa Servir totalizaram 33.012 atendimentos, com um índice de satisfação de 86,77% (Fundação Tiradentes, 2025).

Apesar do boletim indicar bons índices de satisfação e número elevado de atendimentos, os relatos dos respondentes apontam para obstáculos burocráticos, demora na tramitação das solicitações e falta de acolhimento direto. Apenas 28,8% consideraram o processo de solicitação fácil e acessível, e uma parcela equivalente (28,8%) afirmou nunca ter tentado utilizá-lo. Essa disparidade entre os dados institucionais e a percepção dos policiais já havia sido sinalizada no estudo de Silva e Vilarinho (2020), ao destacar que, embora a Fundação Tiradentes desempenhe um papel essencial como entidade do terceiro setor voltada à proteção social dos militares, enfrenta fragilidades operacionais que comprometem sua efetividade prática.

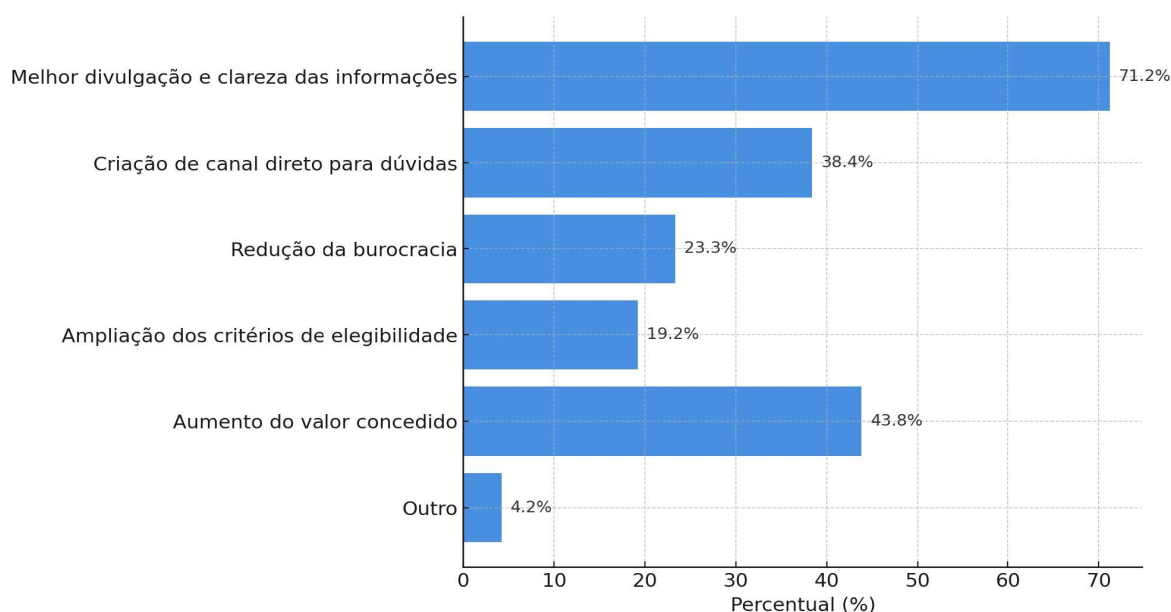


Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de desburocratização e simplificação dos procedimentos, como também de criação de canais diretos de atendimento com a Fundação Tiradentes, conforme sugerido por 38,4% dos participantes. Outro dado relevante refere-se à percepção sobre o impacto do benefício na qualidade de vida dos policiais: 46,6% apontaram uma percepção positiva, mas 38,4% não souberam opinar e 15,1% não perceberam melhora. Isso indica que, embora o benefício seja reconhecido como importante, sua aplicabilidade prática ainda é limitada e precisa ser aprimorada para que seu impacto social seja ampliado.

De acordo com Silva (2018), a qualidade de vida do policial militar está diretamente relacionada à satisfação de necessidades básicas, como segurança, estabilidade e bem-estar físico e moral, conforme proposto pela hierarquia de necessidades de Maslow. Quando essas necessidades não são plenamente atendidas, os efeitos de políticas assistenciais tendem a ser percebidos de forma limitada ou até mesmo ineficaz. Assim, garantir o acesso facilitado aos benefícios e sua efetiva operacionalização constitui medida essencial para promover o bem-estar integral do profissional da segurança pública.

As sugestões apresentadas pelos respondentes reforçam esse diagnóstico: 71,2% indicaram a necessidade de melhor divulgação e clareza das informações, 43,8% solicitaram o aumento do valor concedido, 23,3% defenderam a redução da burocracia e 19,2% pediram a ampliação dos critérios de elegibilidade, como mostra o gráfico abaixo. Esses dados demonstram um desejo coletivo por uma política assistencial mais ampla, transparente e sensível às realidades enfrentadas pelos profissionais da segurança pública, especialmente aqueles lotados em regiões com infraestrutura limitada ou submetidos a condições de elevado estresse.

Gráfico 1: Sugestões de melhorias para o acesso e utilização do benefício.



Fonte: Google Forms (Questionário 20). Elaborado pelo Autor.

Nesse sentido, a percepção de suporte organizacional torna-se um fator decisivo para avaliar o impacto das políticas assistenciais. Conforme Mazzoleni *et al.* (2022), a existência de mecanismos de escuta ativa, acolhimento e respostas eficazes por parte da instituição eleva o nível de confiança e satisfação dos servidores. Assim, fortalecer canais de comunicação direta com os policiais, promover capacitações sobre os direitos assistenciais e investir na descentralização dos serviços podem contribuir significativamente para a melhoria da percepção institucional.

Portanto, embora a Fundação Tiradentes desempenhe papel fundamental na promoção da proteção social dos militares goianos, os resultados obtidos evidenciam a necessidade de ajustes operacionais, revisão de políticas internas e reforço na comunicação institucional. A efetividade da ajuda de custo não depende apenas da existência normativa do benefício, mas, de sua capacidade de atender, com agilidade e igualdade, às demandas reais dos profissionais da segurança pública.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu uma compreensão sobre a atuação da Fundação Tiradentes na promoção do bem-estar dos policiais militares vinculados ao 9º Comando Regional da Polícia Militar de Goiás (9º CRPM), com ênfase na efetividade da ajuda de custo concedida



entre os anos de 2020 e 2024. A articulação entre os referenciais teóricos de Esping-Andersen, ao tratar dos regimes de bem-estar social, e de Eisenberger, com a Teoria do Suporte Organizacional, proporcionou uma base sólida para a análise crítica dos dados e para a reflexão sobre os impactos sociais e organizacionais dessa política assistencial.

O objetivo geral de analisar a efetividade da ajuda de custo da Fundação Tiradentes com a teoria da proteção social corporativista e da percepção de suporte organizacional foi alcançado à medida que se confirmou a importância do benefício não apenas como instrumento financeiro, mas também como símbolo do reconhecimento institucional. A metodologia quali-quantitativa adotada, associada à aplicação de questionário, estruturado a 73 policiais militares, permitiu obter de forma mais abrangente as percepções individuais e coletivas quanto ao alcance, impacto e limitações do referido apoio.

Verificou-se que, embora a ajuda de custo represente um importante recurso de apoio diante das diversas demandas enfrentadas pelos policiais militares, sua efetividade está condicionada à clareza na comunicação institucional, à regularidade e à adequação dos valores repassados às reais necessidades dos profissionais. Nesse sentido, a pesquisa também revelou a existência de lacunas no conhecimento por parte dos beneficiários quanto aos critérios e formas de concessão do benefício, o que pode comprometer a efetividade percebida e reduzir o impacto positivo esperado pela Fundação Tiradentes.

Como resposta a essa lacuna, propõe-se o fortalecimento da política de ajuda de custo por meio de critérios mais transparentes, ampliação do alcance do benefício e integração com outras ações voltadas ao bem-estar e valorização profissional dos policiais militares. Sugere-se, ainda, que a Fundação Tiradentes, em parceria com o Comando da PMGO, desenvolva mecanismos de monitoramento e avaliação contínua do impacto da ajuda de custo, alinhando a concessão do benefício às necessidades reais dos militares e às diretrizes de políticas públicas de seguridade social voltadas à categoria.

Do ponto de vista das contribuições, este estudo oferece contribuições para a formulação de políticas públicas mais sensíveis à realidade dos profissionais da segurança pública, propondo um olhar mais atento às práticas de cuidado e reconhecimento institucional no interior das corporações. A abordagem adotada reforça a necessidade de aprimorar os instrumentos de assistência e de consolidar estratégias de valorização profissional que transcendam o caráter



meramente financeiro, promovendo vínculos mais sólidos entre os servidores e a instituição à qual pertencem.

Como caminho para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o escopo da investigação para outros comandos regionais da PMGO, a fim de verificar a existência de padrões ou divergências quanto à percepção e efetividade da ajuda de custo em diferentes contextos. Além disso, seria pertinente explorar outras dimensões do suporte organizacional percebido, como o acesso à saúde mental, capacitações e programas de bem-estar, aprofundando o entendimento sobre os fatores que contribuem para a permanência, satisfação e desempenho dos policiais militares.

Dessa forma, a integração entre os dados coletados e os referenciais teóricos possibilitou uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam a efetividade da ajuda de custo, contribuindo para a avaliação crítica da política assistencial sob a perspectiva dos próprios beneficiários e das práticas institucionais vigentes, contribuindo para uma gestão mais humanizada, competente e responsiva às necessidades dos profissionais que atuam na linha de frente da proteção social.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Gardênia Abbad de Oliveira; PILATI, Ronaldo; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges. Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 3, n. 2, mai./ago. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/RH4BQ8SjTm9FXy4rBxdG58R/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

EISENBERGER, Robert. et al. Perceived organizational support. **Journal of Applied Psychology**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 500-507, 1986.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, set. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FIORI, José Luís. **Estado de bem-estar social: padrões e crises**. [S. l.: s. n.], c2000. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FUNDAÇÃO TIRADENTES. **A Ajuda de Custo garante ao beneficiário da Fundação Tiradentes ajuda parcial em diversas modalidades**. Disponível em: <https://www.tiradentes.org.br/projetos/ajuda-de-custo.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FUNDAÇÃO TIRADENTES. **Boletim Tiradentes Transparente: janeiro a dezembro de 2024**, Goiânia, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.tiradentes.org.br/boletim->



mensal/boletim-tiradentes-transparente-janeiro-a-dezembro-de-2024.html. Acesso em: 20 abr. 2025.

FUNDAÇÃO TIRADENTES. **Regulamento geral de benefícios**. Goiânia: Fundação Tiradentes, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/r8MBs>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS. **Lei nº 11.866, de 28 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre contribuições ao Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 1992. Disponível em: <https://encurtador.com.br/0eyMq>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAZZOLENI, Martina *et al.* Percepção de suporte organizacional na segurança pública: uma revisão integrativa. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 2185–2193, 2022. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/article/view/22699>. Acesso em: 18 abr. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Portaria nº 718/PM-048/02-PM/1, de 1º de outubro de 2002**. Cria o Conselho Deliberativo e Normativo do Fundo de Assistência Social (CODEN-FAS) e dá outras providências. Goiânia: Polícia Militar de Goiás, 2002. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/port.-no-048-de-01.10.02-aprova-resolucao-do-conselho-gestor-do-fas-pmgo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SILVA, Carlos Alexandre Camargo da. Qualidade de vida do policial militar baseada na teoria das necessidades. **Direito em Movimento**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 41–71, 2018. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/91>. Acesso em: 20 maio. 2025.

SILVA, Renato Ribeiro; VILARINHO, Tatiane Ferreira. **O papel da Fundação Tiradentes como terceiro setor atuante na Polícia Militar do Estado de Goiás**. Boletim Governet de Convênios e Parcerias, [S. l.], n. 179, 2020.

ZANINI, Marco Túlio Fundão *et al.* Os elementos de coordenação informal em uma unidade policial de operações especiais. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 106-125, jan./fev. 2013. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/c9e6f8ef-88f8-42b2-bef0-e4e24fa3ab29/content>. Acesso em: 18 abr. 2025.



APÊNDICE A – Questionário aplicado

EFETIVIDADE DA AJUDA DE CUSTO DA FUNDAÇÃO TIRADENTES AOS POLICIAIS DO 9º CRPM

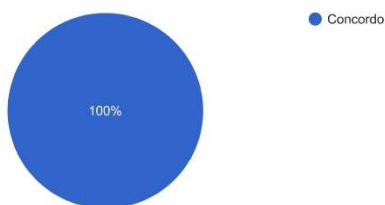
73 respostas

[Publicar análise](#)

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

[Copiar](#)

73 respostas

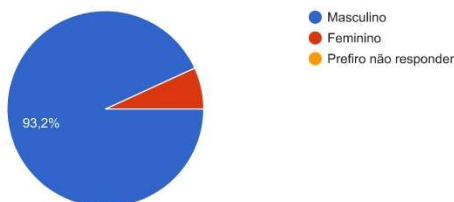


Dados Sociodemográficos

Sexo:

[Copiar](#)

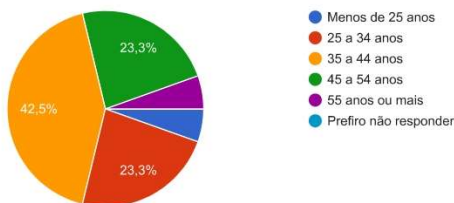
73 respostas

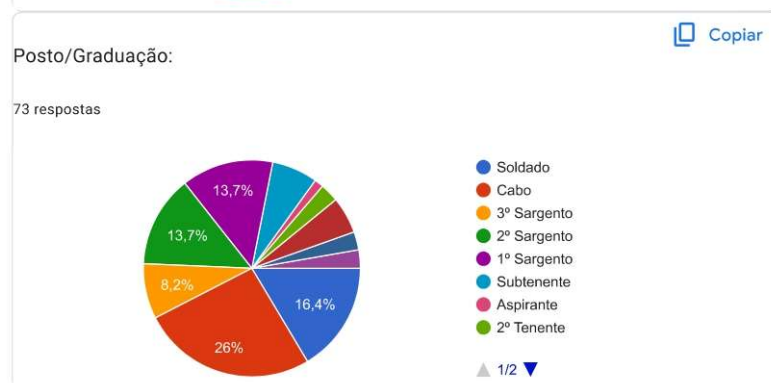
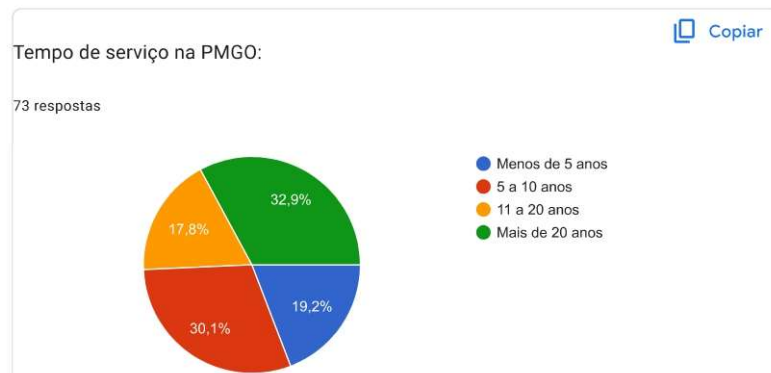


Faixa Etária:

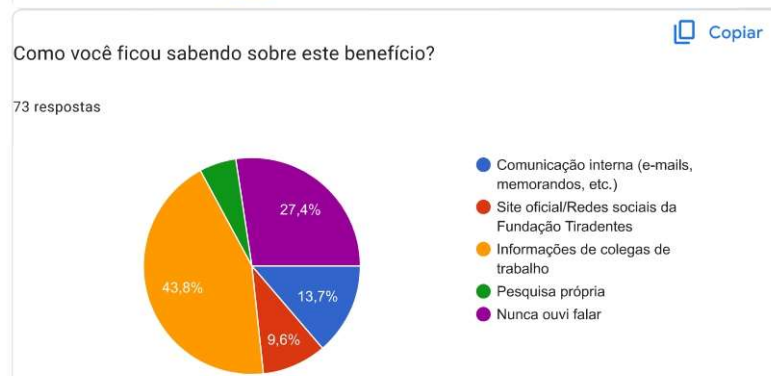
[Copiar](#)

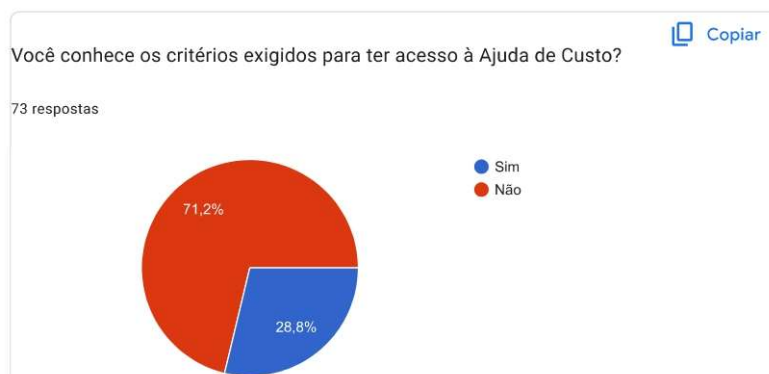
73 respostas





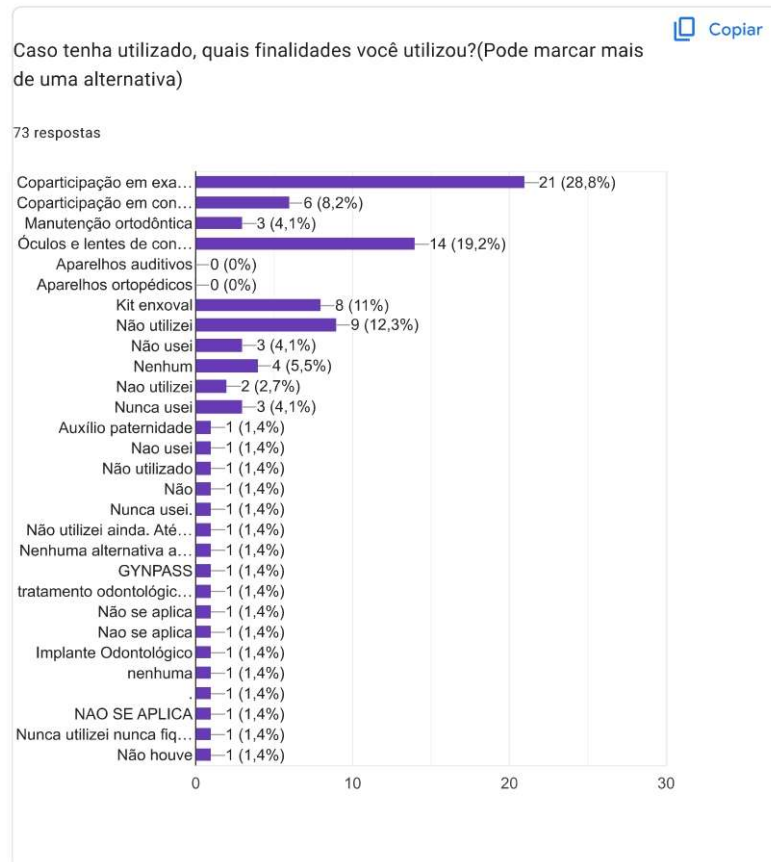
Conhecimento sobre a Ajuda de Custo





Utilização do Benefício





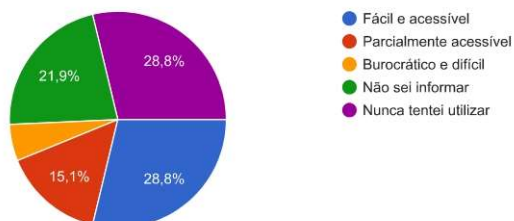
Percepção sobre o Benefício



O processo para solicitar a Ajuda de Custo é:

[Copiar](#)

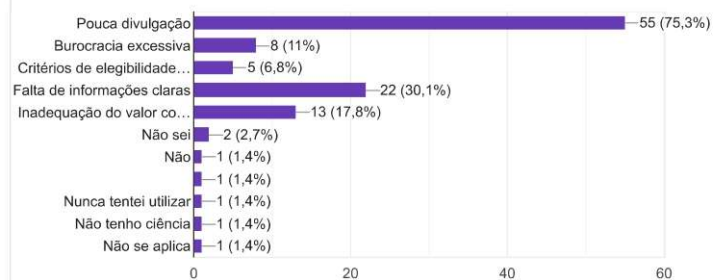
73 respostas



Quais fatores dificultam, na sua opinião, o acesso à Ajuda de Custo? (Pode marcar mais de uma alternativa)

[Copiar](#)

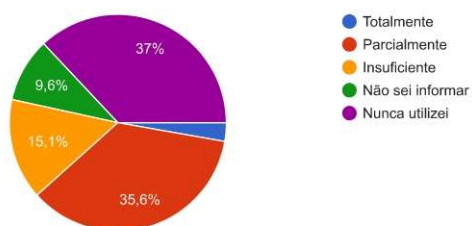
73 respostas



O valor concedido pela Ajuda de Custo atende suas necessidades financeiras relacionadas ao serviço?

[Copiar](#)

73 respostas





Propostas de Melhoria





Na sua opinião, o benefício poderia ser ampliado ou aperfeiçoado em algum aspecto?

36 respostas

Sim

Sim

Maior valor

Melhor divulgação, e aumento no valor ressarcido

Orientação melhor para os militares, principalmente nos do interior, não somos informados de nada.

Estender e criar convênios no interior e aumentar os valores.

Não sei

Sim, tem muito a melhorar.

Aperfeiçoado e alcançar outros planos de saúde

Sim!

Ampliação e aperfeiçoamento do processo.

Aumentar o valor da ajuda, principalmente em relação auxílio maternidade e do óculos, está congelado a mais 10 anos

Sim, com certeza tem muito a melhorar.

Maior valor

Há muito tempo precisei e não fui atendido

Sim, poderia ser ampliado para filhos e netos

Na difusão de seus benefícios

A divulgação, e a cobertura da ajuda de custo

Não se aplica

Sim.

Maior divulgação

Acredito que não

Sim, em outros aspectos como alguns tipos de tratamentos

Melhorar o valor

Sim, divulgação mais clara e objetiva,

Nunca utilizei



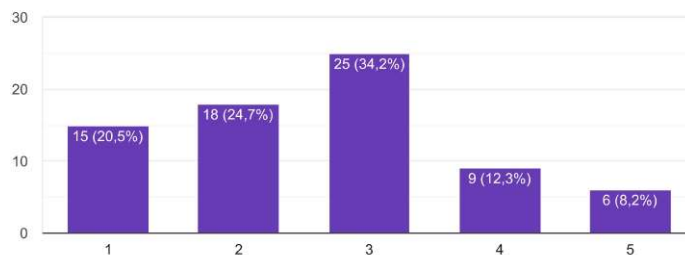


Sim, acho que a Fundação deve assistir melhor os PMs do interior.

[Copiar](#)

Em sua opinião, como você avalia o valor disponibilizado na ajuda de custo?

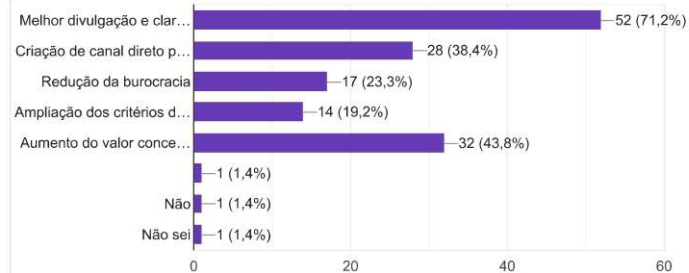
73 respostas



[Copiar](#)

Quais melhorias poderiam ser implementadas para facilitar o acesso e utilização do benefício? (Marque as que considerar pertinentes)

73 respostas





Deseja deixar algum comentário ou sugestão adicional sobre a Ajuda de Custo?

20 respostas

Não

Nao

Aumentar a ajuda de custo e principalmente divulgar com maior efetividade

Melhoria contínua de todo e quaisquer processos.

Maior divulgação

por enquanto não.

Olhar para os policiais do interior, que sempre foram esquecidos

.

No momento não

Não

Mais divulgação

Não.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Relatório](#)

Google Formulários





ANEXO A – Ofício



OFÍCIO Nº 46943/2025/PM

IPAMERI, 16 de abril de 2025.

Ao Senhor
HENRIQUE STEFLI DE SOUZA - TENENTE-CORONEL PM
Comandante do 9º CRPM
Av. Dr. Lamartine P. de Avelar, nº 1320, Setor Universitário
Catalão/GO

Assunto: Solicitação para pesquisa em nível de Especialização (CEGESP/2025).

Senhor Comandante,

A par de respeitosamente cumprimentá-lo, informo a Vossa Senhoria que estou devidamente matriculado e cursando o CEGESP - Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública, de acordo com a declaração constante no SEI nº 69245178 (Processo nº 202500002004921).

Como exigência de conclusão da especialização, devo apresentar um artigo científico ao final do curso e, para isso, me propus a fazer uma pesquisa objetivando analisar a **efetividade da ajuda de custo da fundação tiradentes**, no âmbito do 9º CRPM, com ênfase na gestão pública.

A pesquisa a ser desenvolvida está sob a orientação da Professora Dra. Gislene Lisboa de Oliveira.

Encaminho o Projeto de Pesquisa (73397321), contendo o tema, problema, justificativa, objetivos e metodologia, assim como o questionário (SEI nº 73398284), que será aplicado com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes, para fins de solicitar a análise e autorização do pleito.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa serão os policiais militares do 9º Comando Regional da PMGO.

Certo de que a pesquisa contribuirá para uma gestão de segurança pública mais eficiente, comprometo-me a juntar neste processo SEI, para ciência, o resultado final da pesquisa, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Por derradeiro, encaminho o [Link](#) do questionário, para difusão através dos grupos de trabalho em aplicativos de mensagens instantâneas (Whatsapp).

Respeitosamente,



LÚCIO LOPES DE CASTRO - CAPITÃO PM
Discente do CEGESP/2025



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO LOPES DE CASTRO, sub**, em 16/04/2025, às 10:05, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **73398381** e o código CRC **0D0AE812**.



Referência: Processo nº 202500002051255



SEI 73398381